

EXPANDIDO**INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS COMO INSTRUMENTOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

(Modalidade de trabalho: Pôster)

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada pelo(a) o(a) autor(a) que teve como objeto de análise: as comunidades participarem ativamente dos inventários do patrimônio cultural. Nesse viés, tal pesquisa buscou um embasamento teórico acerca de uma cronologia de inventários culturais realizados no Brasil tendo como principal discussão os tipos de metodologias em relação à participação social.

Propondo tal questionamento a pesquisa teve como objetivo geral analisar a participação das comunidades no ato de inventariar os seus bens culturais, sendo objetivos específicos: identificar as práticas de inventários nas políticas públicas de preservação e no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; discorrer sobre metodologias de aplicação de inventários: Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC e Inventário Pedagógico para o Programa Mais Educação¹; e analisar a potencialidade dos Inventários Participativos como instrumentos de mobilização social. Para a sua execução, a metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico e a experiência do(a) autor(a) que deram origem à um artigo científico.

Nesse sentido, a experiência realizada teve como foco o questionamento das metodologias de aplicação de inventários em relação a participação da comunidade, que pode, desta maneira, constituir como um meio de fomentar o protagonismo de grupos sociais em relação aos bens culturais. Neste viés é que utilizou-se do conceito de Inventários Participativos do Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM como “estímulo para que os próprios grupos e comunidades locais possam, em primeira pessoa, assumir a identificação, a seleção e o registro das referências culturais significativas para suas memórias e histórias sociais em seus processos de musealização” (IBRAM, [2009?]), e também como um exercício de Educação Patrimonial com o objetivo de “construir conhecimentos a partir de amplo diálogo entre as pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas” (IPHAN, 2016, p.9).

Partindo desse pressuposto, é que deve-se ter em mente a conceituação de inventários e suas trajetórias. Nesse viés é que para entidades de salvaguarda como museus, inventário é o meio pelo qual “se realiza a contagem de todos os objetos que fazem parte do museu, sendo criada uma lista numerada para controle e identificação geral do acervo museológico” (PADILHA, 2014, p.41) já para Varine o que deve ser inventariado são objetos que fazem parte da memória coletiva para as comunidades (VARINE-BOHAN, 1973), há de se pensar também que na cronologia a ideia de utilização de inventários se daria com o começo da recém política de proteção a bens culturais no Brasil, que em 1923, com autoria do Deputado Luiz Cedro, começara a visar à defesa dos monumentos históricos e artísticos (SANTOS, 2000). Em abordagem, posteriormente, em 1936, anterior a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, Mário de Andrade propôs não apenas inventariar bens de caráter material, como também manifestações não tangíveis (AZEVEDO, 1987), isto

¹ O Programa Mais Educação tem como estratégia a realização de oficinas relacionadas à diferentes áreas de execução das políticas públicas, nelas se encontra a preservação do patrimônio cultural efetivada pela parceria estabelecida entre Iphan e Ministério da Educação - MEC, que propôs a atividade em Educação Patrimonial por meio dos Inventários Pedagógicos.

é, a política, não apenas se expandiria para a proteção de monumentos como também tomaria um rumo mais amplo. Nesse sentido, é que ao longo dos anos, mais especificamente entre 1937 e 1970, houve a preocupação para que a população reconhecesse o seu acervo cultural e o preservasse, essa aceção deu origem à criação de muitos museus e exposições (SANTOS, 2000), mesmo que em caráter de bens já selecionados pelo Poder Público, já começara um envolvimento com a população principalmente a bens de caráter nacional, que despertassem a identidade brasileira.

Ou seja, o ato de inventariar, não só expandiu da concepção de proteção à monumentos como também começara a dar enfoque ao envolvimento das comunidades e a noção de referências culturais imateriais, como exemplo o fazer popular. Assim, no contexto dos anos 70 e 80 é que surgiram resoluções internacionais como a da Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972 e a Declaração de Quebec em 1984, que começavam a questionar o papel social dos museus e a participação ativa da comunidade, como também em âmbito nacional, a Carta de Petrópolis de 1987 que propunha não só uma troca de conhecimentos entre o valor atribuído pela comunidade como também que a mesma passaria a fazer parte das políticas de preservação. Nesse viés que, paralelamente, aos acordos e discussões anteriores “a sociedade surgiu ao lado do Estado como sua parceira na promoção e na proteção da cultura” (FONSECA, 1997, p. 156) ampliando o conceito de patrimônio cultural brasileiro e consolidando com a Constituição Federal de 1988, e assim, evidenciando a colaboração da comunidade e a proteção do patrimônio cultural (BRASIL, 1988).

Há de se notar que a Constituição considera inventários como forma de preservação, entretanto, mesmo que a mesma designe que inventário é uma forma de acautelamento, as metodologias de aplicação de inventários, podem ser ferramentas de coesão social. Nesse sentido, inventários podem tanto ser uma metodologia sobre um bem a ser protegido legalmente pelo poder público, como também uma ferramenta que “apresenta-se, de preferência como um exercício de cidadania e participação social, onde os seus resultados possam contribuir para aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras” (IPHAN, 2016, p.7). Dessa forma, os inventários tanto podem ser para identificação e documentação visando a preservação de bens (IPHAN, 2000), de maneira que dependem de autorização para seu uso e de contratação de profissionais para a sua realização, como no caso do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, como também podem tornar as comunidades como protagonistas para identificação e seleção de seu patrimônio de acordo com as suas memórias e histórias (IBRAM, [2009?]). Nessa perspectiva, é que os Inventários Participativos concedem reconhecimento identitário de acordo com os valores das próprias comunidades e que podem ser importantes instrumentos de Educação Patrimonial para a mobilização de grupos sociais. Assim, que em 2013 surge o Inventário Pedagógico para o Programa Mais Educação, no qual, como uma adaptação do INRC, possibilita a identificação de bens culturais por alunos de escola pública buscando a construção de conhecimentos coletivos e o diálogo entre escola e comunidades (IPHAN, 2013), ou seja, mesmo que seja um instrumento de identificação é um inventário de produção de conhecimento feito pelos atores sociais de suas histórias, que fazem parte do cotidiano daquele grupo social, como forma de ser uma ferramenta educativa. Pensando nesse propósito e com as demandas das comunidades pela a utilização dessa metodologia, houve a adaptação do texto para que chegasse além do contexto escolar, de maneira a ser uma ferramenta de livre acesso para quaisquer comunidades que desejam identificar e valorizar suas referências culturais (IPHAN, 2016), o que deu origem a publicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos” (2016).

Portanto, os Inventários do Patrimônio Cultural, não apenas ampliaram seus conceitos em relação ao objeto a ser inventariado como também proporcionaram meios para que possam ser instrumentos de mobilização social. Dessa forma que, para a proteção e promoção do

patrimônio museológico é que a inclusão social e a utilização de metodologias como a dos Inventários Participativos fortalecem a memória social. Tendo como base também que museus são “espaços para a transmissão cultural, diálogo intercultural, aprendizado, discussão e treinamento, desempenham também um importante papel na educação (formal, informal e continuada), na promoção da coesão social e do desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2015) constituindo, assim, como lugares que promovem o diálogo, reflexões e debates sobre identidades e memórias das comunidades em relação aos seus acervos. Assim, museus como mediadores de seus acervos musealizados, podem constantemente resignificá-los com a participação de seus atores sociais, tornando o bem cultural preservado e com uso social, que destarte

deve ser compreendido como a possibilidade do mesmo ser utilizado como referência de memória por determinados segmentos sociais, ou ainda como recurso de educação, de conhecimento e de lazer para uma determinada coletividade. Conseqüentemente, o uso social do bem cultural passa necessariamente através da democratização do acesso ao patrimônio cultural, da democratização da produção cultural e da incorporação ao patrimônio cultural brasileiro de representações de memória de origens sociais diversas. (CHAGAS, 2006, p. 112)

Deste modo, museus em conjunto com os grupos sociais, se apropriando dos inventários participativos promovem a construção democrática do conhecimento. De forma que, tornam as comunidades como sujeitos protagonistas, que dialogicamente propiciam diferenciadas narrativas para as coleções museais, e assim fazem seu papel ativo na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Coordenador do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia e consultor da UNESCO para preservação de monumentos e sítios. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 22, 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 15 fev. 2016, 12:14:42.

CHAGAS, Mario de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade/ Mário de Souza Chagas. Chapecó: Argos, 2006. 135 p.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Histórico, [2009?]. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/redes-de-memoria-e-museologia-social-iniciam-levantamento-sobre-inventarios-participativos/>> Acesso em 10 de abr. 2016, 16:08:23.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação Patrimonial: Inventários Participativos: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InventarioDoPatrimonio_15x21web.pdf> Acesso em 29 abr. 2016, 13:28:18.

_____. Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf> Acesso em 20 mar. 2016, 18:17:27.

_____. Educação Patrimonial: Manual de aplicação: Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12900-manual-aplicacao-educacao-patrimonial-pdf&Itemid=30192> Acesso em 28 abr. 2016, 19:41:15.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ; IPHAN, 1997.

PADILHA, Renata Cardozo. Documentação Museológica e Gestão de Acervo. Coleção de Estudos Museológicos, v.2. Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_175328Documentacao_Museologica_Gestao_Acervo.pdf> Acesso em 30 abr. 2016, 19:42:18.

PETRÓPOLIS. Carta de Petrópolis. 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>> Acesso em 22 mar. 2016, 17:18:33.

SANTOS, Fausto Henrique dos. Metodologia aplicada em museus. São Paulo. Editora Mackenzie, 2000.

UNESCO. Resolução da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/19-museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>> Acesso em 13 mai. 2016, 16:23:15.

_____. Declaração de Quebec, 1984. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342/251>> Acesso em 13 mai. 2016, 16:23:15.

_____. Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade, Paris, 2015. Tradução Ibram. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/11/Unesco_Recomendacao-Final_POR-traducao-nao-oficial.pdf>. Acesso em 20 mar. 2016, 10:53:21.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Unmusée "éclaté": leMusée de l'homme et de l'industrie Le CreusotMontceau-Ies-Mines. Museum, Paris, v.25, 1973.